

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	589.178	206.588
Contas a receber de clientes e outros	5	1.201.880	1.056.561
Títulos e valores mobiliários	6	4.830	4.755
Impostos e contribuições a recuperar	7	195.877	164.700
Estoques		12.124	13.061
Despesas pagas antecipadamente		17.401	12.370
Entidade de previdência privada		7.756	-
Serviços em curso	8	33.211	28.871
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	103.844	350.987
Outros ativos circulantes	11	55.239	47.851
TOTAL DO CIRCULANTE		2.221.340	1.885.744
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	48.018	59.411
Títulos e valores mobiliários	6	4.303	3.528
Impostos e contribuições a recuperar	7	50.639	56.018
Impostos e contribuições diferidos	10	279.670	307.440
Depósitos judiciais	12	330.757	285.045
Entidade de previdência privada		21.721	6.440
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	150.265	129.377
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	13	2.222.732	2.008.433
Outros ativos não circulantes	11	2.047	2.325
Outros investimentos		6.557	7.914
Intangível	14	3.691.227	3.583.117
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.807.936	6.449.048
ATIVO TOTAL		9.029.276	8.334.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	587.509	706.540
Empréstimos e financiamentos	16	842.282	323.226
Salários e encargos a pagar	17	58.743	58.922
Taxas regulamentares	18	83.513	15.085
Impostos e contribuições a recolher	19	157.330	124.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	1.812	221.168
Provisões	21	57.658	25.545
Obrigações de benefícios de aposentadoria	29	4.076	16.305
Outros passivos circulantes	22	247.253	197.123
TOTAL DO CIRCULANTE		2.040.176	1.687.914
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	35.142	43.100
Empréstimos e financiamentos	16	3.424.624	3.284.301
Taxas regulamentares	18	26.423	16.053
Impostos e contribuições a recolher	19	4.598	4.316
Provisões	21	188.260	192.680
Obrigações de benefícios de aposentadoria	29	328.855	298.617
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	22	8.942	18.044
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.019.246	3.859.513
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.570.004	1.569.851
Outros resultados abrangentes		(23.062)	(22.699)
Lucro do período		182.699	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.969.854	2.787.365
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		9.029.276	8.334.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/07/2015 a 30/09/2015	30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014 (Reclassificado)	30/09/2014 (Reclassificado)
RECEITA LÍQUIDA	24	1.509.515	4.802.840	1.269.633	3.646.280
Custo do serviço	25	(1.353.269)	(4.148.469)	(1.059.486)	(3.074.968)
Custos com energia elétrica	25.a	(924.461)	(2.904.933)	(668.720)	(1.988.950)
Custos de operação	25.b	(313.713)	(861.602)	(262.803)	(772.161)
Custos de construção		(115.095)	(381.934)	(127.963)	(313.857)
LUCRO BRUTO		156.246	654.371	210.147	571.312
Despesas gerais e administrativas	25.b	(58.088)	(170.775)	(68.766)	(191.868)
LUCRO OPERACIONAL		98.158	483.596	141.381	379.444
Resultado financeiro		(61.158)	(165.103)	(92.578)	(202.290)
Receitas financeiras	26	1.046.914	2.195.195	198.209	559.249
Despesas financeiras	26	(1.108.072)	(2.360.298)	(290.787)	(761.539)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		37.000	318.493	48.803	177.154
Imposto de renda e contribuição social		(7.204)	(55.593)	(5.652)	(25.450)
Corrente	10.a	(6.434)	(72.159)	(25.630)	(123.812)
Diferido	10.a	(2.383)	(15.479)	13.679	49.326
Imposto de Renda - SUDENE	10.a	5.774	44.528	10.470	61.548
Amortização fiscal do ágio	10.a	(4.161)	(12.483)	(4.171)	(12.512)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		29.796	262.900	43.151	151.704
LUCRO DO PERÍODO POR AÇÃO DO CAPITAL:					
Ordinária		0,15	1,35	0,22	0,78
Preferencial A		0,15	1,35	0,22	0,78
Preferencial B		0,17	1,49	0,24	0,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	01/07/2015 a 30/09/2015	30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	30/09/2014
Lucro líquido do período	29.796	262.900	43.151	151.704
Outros resultados abrangentes				
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego, líquidos de impostos	3	(551)	(426)	(1.275)
Tributos s/ resultado abrangente	(125)	187	145	434
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(122)	(364)	(281)	(841)
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	29.674	262.536	42.870	150.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros					Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas de Lucros			
Saldos em 31 dezembro de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	1.089	21.721	-	2.492.289
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.100	-	-	1.100
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	1.100	-	-	1.100
Lucro Líquido do período											151.704	151.704
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(841)	-	(841)
Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(841)	-	(841)
Saldos em 30 setembro de 2014	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	2.189	20.880	151.704	2.644.252
Saldos em 31 dezembro de 2014	542.163	18.569	339.052	340.429	816.705	108.433	614.713	27.792	2.208	(22.699)	-	2.787.365
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos (nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	153	-	-	153
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	153	-	-	153
Lucro Líquido do período											262.900	262.900
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(364)	-	(364)
Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(364)	-	(364)
Destinações:												
Juros sobre capital próprio (nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.636)	(38.636)
Dividendos propostos (nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.565)	(41.565)
Saldos em 30 de Setembro de 2015	542.163	18.569	339.052	340.429	816.705	108.433	614.713	27.792	2.361	(23.062)	182.699	2.969.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 30 de setembro

Em milhares de reais

	30/09/2015	30/09/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	318.493	177.154
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	245.565	236.786
Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	67.009	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	301.898	229.187
Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	(83.101)	(21.978)
Valor residual do ativo intangível baixado / financeiro baixado	22.410	22.321
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	26.905	33.010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.267	10.349
Atualização Monetária Benefício Pós Emprego	27.493	20.628
	938.939	707.457
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(146.193)	(138.444)
IR e CSLL a Recuperar	(47.073)	(18.295)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	31.536	40.443
Estoques	937	1.871
Fundos Vinculados	-	(222.304)
Depósitos judiciais	(30.684)	(69.556)
Despesas pagas antecipadamente	(5.031)	161
Benefício Pós Emprego	(23.037)	4.402
Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	159.246	-
Outros ativos	(47.578)	(5.974)
	(107.877)	(407.696)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(126.989)	230.036
Salários e encargos a pagar	(179)	6.529
Encargos de dívidas e swap pagos	(255.485)	(199.143)
Taxas regulamentares	76.073	(3.664)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(43.514)	(48.895)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	39.234	35.353
Indenizações/contingências pagas	(37.065)	(36.306)
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(10.037)	(8.193)
Outros passivos	41.029	(229.485)
	(316.933)	(253.768)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	514.129	45.993
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(564.679)	(625.030)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(82.443)	(306.123)
Resgate de títulos e valores mobiliários	82.899	323.112
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(564.223)	(608.041)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	788.431	199.333
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(188.764)	(202.033)
Amortização do principal de debêntures	-	(69.378)
Obrigações vinculadas	132.421	281.015
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(299.404)	(11.724)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	432.684	197.213
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	382.590	(364.835)
Caixa e equivalentes no início do período	206.588	573.253
Caixa e equivalentes no final do período	589.178	208.418
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	382.590	(364.835)

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Período findo em 30 de setembro

Em milhares de reais

	30/09/2015	30/09/2014 (Reclassificado)
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	7.197.084	5.068.624
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52.653)	(34.943)
	7.144.431	5.033.681
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(2.824.121)	(1.987.462)
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(340.826)	(198.543)
Materiais, serviços de terceiros e outros*	(879.286)	(756.522)
	(4.044.233)	(2.942.527)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.100.198	2.091.154
Depreciação e amortização *	(245.565)	(236.787)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.854.633	1.854.367
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.198.097	559.249
	2.198.097	559.249
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.052.730	2.413.616
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	107.533	107.689
Encargos sociais (exceto INSS)	23.822	28.487
Entidade de previdência privada	(10.424)	7.714
Auxílio alimentação	13.232	12.702
Convênio assistencial e outros benefícios	7.606	6.701
Despesas com desligamento	22.207	11.091
Provisão para férias e 13º salário	29.012	27.684
Plano de saúde	18.303	15.926
Indenizações trabalhistas	9.078	7.461
Participação nos resultados	14.757	21.723
Administradores	4.073	4.382
Encerramento de ordem em curso	1.228	1.503
(-) Transferência para ordens	(41.041)	(42.395)
Outros	231	-
Subtotal	199.617	210.668
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	27.644	27.360
ICMS	1.267.249	921.991
PIS/COFINS sobre faturamento	333.358	238.801
Imposto de renda e contribuição social	55.593	25.448
Obrigações intra-setoriais	530.747	59.470
Outros	10.268	11.864
Subtotal	2.224.859	1.284.934
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	2.360.298	761.539
Aluguéis*	5.056	4.771
Subtotal	2.365.354	766.310
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro / Prejuízos	262.900	151.704
Subtotal	262.900	151.704
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	5.052.730	2.413.616

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“COMPANHIA”), sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou junto à ANEEL, o V Aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica, com a inclusão de cláusula específica estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s). Tal alteração, juntamente com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, possibilitou o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos ativos e passivos financeiros oriundos de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 11/11/2015, as quais estão expressas em milhares de reais.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativa aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

2.2. Base de preparação

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

2.2.1 Assuntos Regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, ESS e risco hidrológico. Nos meses de janeiro e fevereiro os valores a serem acrescidos pelas bandeiras amarelas e vermelhas eram R\$15/MWh e R\$30/MWh, a partir de 2 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015 foram atualizados para R\$25/MWh e R\$55/MWh, respectivamente, e a partir de 01 de setembro de 2015 foi mantido o valor de R\$25/MWh para a bandeira amarela e atualizado para R\$45/MWh o valor da bandeira vermelha. Durante o período de janeiro a setembro, perdurou o regime de bandeira vermelha.

O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias fossem revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Os recursos disponíveis nessa conta são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/15 e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma. Ao longo de 2015 a Companhia passou a receber antecipadamente Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros via aplicação das Bandeiras Tarifárias, sendo R\$ 543.452 recebidos através do faturamento das contas de energia parcialmente compensados pelo pagamento à CCRBT no montante de R\$ 99.252.

Revisão Tarifária Extraordinária - RTE

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia através da Resolução Homologatória nº 1858/15 com reajuste tarifário médio de 5,36% com vigência a partir de 02 de março de 2015

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2015

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.878 de 14 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2015, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 21,58%, dos quais 16,01% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 5,57% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 11,43%.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2015 com vigência até 21 de abril de 2016.

Ressarcimento CONTA-ACR (Decreto nº 8.221/14)

Em 1º de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/14 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoeletrica adquirida através de contratos por disponibilidade além daquela adquirida no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Ainda o mesmo decreto determinou que a ANEEL deveria homologar, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

No entanto, conforme Despachos nº 048/15 e 182/15, a ANEEL diferiu as liquidações de novembro e dezembro de 2014, em função da insuficiência de recursos disponíveis na CONTA-ACR e da necessidade de busca de solução através de novo empréstimo por meio da CCEE.

Dessa forma, no encerramento contábil do exercício de 2014, ficaram pendente e incerto os repasses de recursos às distribuidoras dos custos incorridos acima da cobertura tarifária com as exposições involuntárias e geração térmica dos meses de novembro de 2014 e dezembro de 2014, portanto, permanecendo registrados tais valores como ativos financeiros setoriais (CVA).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em março de 2015, após a realização de novo empréstimo pela CCEE, por meio do Despacho nº 773/15, a ANEEL homologou repasses da CONTA-ACR relativos a novembro e dezembro de 2014 no montante total de R\$ 247.185.

A CCEE liquida esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esse contrato.

CDE-Encargos

Através da Resolução Homologatória nº 1.857/2015, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da CDE para o ano de 2015, o qual foi devidamente contemplado nas tarifas por meio do reajuste anual da companhia. Contudo em julho de 2015, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) questionou judicialmente o pagamento de alguns itens que compõe a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma decisão liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados.

Após a realização de Audiência Pública nº 057/2015, em cumprimento à decisão judicial, por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.967/2015, de 24 de setembro de 2015, a ANEEL estabeleceu as tarifas a serem aplicadas aos associados da ABRACE, a partir de 3 de julho de 2015 e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela concedida no Processo Judicial nº 24648-39.2015.4.01.3400, alcançando 13 grandes consumidores da COELBA, especificados na resolução. A decisão liminar está sendo contestada pela ANEEL e pela ABRADÉE.

Dessa forma, a Companhia aplicará essas novas tarifas aos associados da ABRACE, retroativas a 3 de julho de 2015. A diferença entre o valor original da cota de CDE e aquele faturado pela distribuidora, conforme cláusula prevista no contrato de concessão, será contemplado na apuração dos componentes financeiros de neutralidade dos encargos setoriais e serão recuperados no próximo reajuste tarifário de 2016.

3. RECLASSIFICAÇÕES DOS SALDOS COMPARATIVOS

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2014, originalmente emitidas em 12 de novembro de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados, são eles: despesas com vendas, multas por infração do consumidor e multas/perdas regulatórias. Também está sendo reclassificado para permitir melhor comparabilidade, o ressarcimento de energia elétrica, em decorrência do Despacho de encerramento do exercício de 2014, nº 4.786/14, divulgado pela ANEEL.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Divulgado</u>	<u>01/07/2014 a 30/09/2014</u> <u>Reclassificações</u>	<u>Reclassificado</u>
Receita Líquida	1.278.268	(8.635)	1.269.633
Custo dos Serviços	(978.845)	(80.641)	(1.059.486)
Despesas com vendas	(96.769)	96.769	-
Receitas Financeiras	210.437	(12.228)	198.209
Despesas Financeiras	(295.522)	4.735	(290.787)

	<u>Divulgado</u>	<u>01/01/2014 a 30/09/2014</u> <u>Reclassificações</u>	<u>Reclassificado</u>
Receita Líquida	3.708.333	(62.053)	3.646.280
Custo dos Serviços	(2.867.961)	(207.007)	(3.074.968)
Despesas com vendas	(279.591)	279.591	-
Receitas Financeiras	593.813	(34.564)	559.249
Despesas Financeiras	(785.572)	24.033	(761.539)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	41.516	45.817
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.202	998
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	81.716	18.694
Fundos de investimento	463.744	141.079
	<u>589.178</u>	<u>206.588</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2015 é constituída por:

- Fundos de Investimentos Exclusivos - compostos por ativos com maior rentabilidade e menor nível de risco, tais como: Operações Compromissadas, Títulos Públicos, CDB's e Cotas de Fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia;

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- CDB's pós-fixados - remunerados a percentuais que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP); e
- LFT - composto por títulos pós-fixados cuja rentabilidade segue a variação da Taxa Selic diária, registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra. O valor de mercado da LFT apresenta baixa volatilidade, garantindo a liquidez financeira sem perdas por parte do emissor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	30/09/2015	31/12/2014
Consumidores	(a)	1.316.886	1.136.874
Terceiros		1.316.791	1.136.866
Partes relacionadas		95	8
Títulos a receber		5.150	6.040
Terceiros		5.150	6.040
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.830	14.830
Disponibilização do sistema de distribuição		18.344	17.114
Terceiros		17.674	16.536
Partes relacionadas		670	578
Serviços prestados a terceiros		11.549	10.797
Serviços taxados e administrativos		7.968	8.675
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	189.061	205.513
Outros créditos		25.116	42.868
Terceiros		25.116	42.868
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(339.006)	(326.739)
Total		1.249.898	1.115.972
Circulante		1.201.880	1.056.561
Não circulante		48.018	59.411

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Consumidores

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Setor privado							
Residencial	136.121	168.534	233.690	538.345	472.395	(213.316)	(199.195)
Industrial	95.153	11.431	18.817	125.401	101.915	(13.472)	(12.776)
Comercial, serviços e outras	123.141	38.117	54.343	215.601	185.407	(41.140)	(40.950)
Rural	45.857	15.506	25.340	86.703	67.857	(18.370)	(22.946)
	<u>400.272</u>	<u>233.588</u>	<u>332.190</u>	<u>966.050</u>	<u>827.574</u>	<u>(286.298)</u>	<u>(275.867)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	5.663	3.001	821	9.485	9.292	(724)	(686)
Estadual	9.568	4.597	1.808	15.973	14.591	(601)	(470)
Municipal	13.340	7.916	1.753	23.009	19.215	(924)	(949)
	<u>28.571</u>	<u>15.514</u>	<u>4.382</u>	<u>48.467</u>	<u>43.098</u>	<u>(2.249)</u>	<u>(2.105)</u>
Iluminação pública	24.830	14.336	9.495	48.661	34.035	(1.752)	(906)
Serviço público	35.010	4.155	4.811	43.976	41.011	(2.876)	(2.099)
Fornecimento não faturado	209.732	-	-	209.732	191.156	-	-
	<u>698.415</u>	<u>267.593</u>	<u>350.878</u>	<u>1.316.886</u>	<u>1.136.874</u>	<u>(293.175)</u>	<u>(280.977)</u>
Total							
Circulante				1.276.836	1.085.018	(293.175)	(280.977)
Não circulante				40.050	51.856	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de Setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movidos por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE daquele período. Dada à incerteza de sua realização, a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções/Subsídios Governamentais

Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212/10, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438/02, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo a receber em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 36.852 (R\$ 55.247 em 31 de dezembro de 2014), referente aos meses de agosto e setembro de 2015.

CDE

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 14 de abril de 2015, foi emitida a resolução homologatória nº 1.878/2015 aprovando o valor mensal de R\$ 22.426 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2015 a março de 2016.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 152.209 (R\$ 150.266 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 24.891 referentes ao período tarifário anterior e R\$ 127.348 referente aos meses de abril a setembro de 2015.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas incorridas.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	(265.983)	(1.443)	(14.829)	(28.961)	(311.216)
Adições	(139.509)	(205)	-	(3.910)	(143.624)
Reversões	99.194	148	-	3.438	102.780
Baixados a reserva	25.321	-	-	-	25.321
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(280.977)	(1.500)	(14.829)	(29.433)	(326.739)
Adições	(118.409)	-	-	(1.635)	(120.044)
Reversões	65.826	149	-	1.417	67.392
Baixados a reserva	40.385	-	-	-	40.385
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>(293.175)</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(14.829)</u>	<u>(29.651)</u>	<u>(339.006)</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/2015	31/12/2014
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	4.223	3.454
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	-	2
Bradesco	(a)	LFT	mar-12	CDI	-	26
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	1.758	1.871
Votorantim	(a)	CDB	jun-13	CDI	3.152	2.930
Total					<u>9.133</u>	<u>8.283</u>
Circulante					4.830	4.755
Não circulante					4.303	3.528

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2014	22.307
Aplicações	310.311
Resgates	(325.005)
Remuneração	670
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>8.283</u>
Aplicações	82.443
Resgates	(82.899)
Remuneração	1.306
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u><u>9.133</u></u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/2015	31/12/2014
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	64.867	31.252
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	40.201	16.482
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	55.865	63.882
Programa de integração social - PIS	(c)	6.406	9.611
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	26.423	41.308
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		2.115	2.165
		<u>195.877</u>	<u>164.700</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	48.226	53.605
Recuperação fiscal - REFIS		2.413	2.413
		<u>50.639</u>	<u>56.018</u>
Total		<u><u>246.516</u></u>	<u><u>220.718</u></u>

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1)) ICMS a recuperar sobre aquisições de bens destinados ao ativo operacional, apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000 e compensáveis em 48 meses, no montante de R\$92.963 (R\$ 100.754 em 31 de dezembro de 2014).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 11.128 (R\$ 16.732 em 31 de dezembro de 2014).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente de Regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 32.828 (R\$ 50.919 em 31 de dezembro de 2014);

8. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/2015	31/12/2014
Serviço próprio	2.476	502
Serviços prestados a terceiros	30.735	28.369
Total	<u><u>33.211</u></u>	<u><u>28.871</u></u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 22 – Outros Passivos).

9. VALORES A RECEBER DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

		30/09/2015						31/12/2014							
		Ativo			Passivo (-)			Ativo			Passivo (-)				
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Total Líquido	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Total Líquido
Parcela "A"	(a)	-	-	-	(29.275)	-	(29.275)	(29.275)	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.687)	-	(39.687)	(39.687)
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CVA e Neutralidade		(b)													
Energia		325.078	106.490	431.568	-	-	-	431.568	558.029	170.684	728.713	-	-	-	728.713
Encargo de Serviço do Sistema - ESS		28.859	28.859	57.718	(114.657)	-	(114.657)	(56.939)	-	-	-	(159.460)	(51.345)	(210.805)	(210.805)
Neutralidade dos encargos setoriais		1.759	1.759	3.518	(5.448)	-	(5.448)	(1.930)	-	-	-	(8.831)	(1.351)	(10.182)	(10.182)
Sobrecontratação		-	-	-	(193.545)	(21.556)	(215.101)	(215.101)	10.786	-	10.786	(66.304)	(22.101)	(88.405)	(77.619)
Outras CVA's		66.384	29.559	95.943	(377)	-	(377)	95.566	46.032	13.148	59.180	-	-	-	59.180
Componentes Financeiros e Subsídios		(c)													
Desconto Tarifa Autoprodutores		-	-	-	-	-	-	-	148	-	148	-	-	-	148
Energia Eletro nuclear		9.780	-	9.780	-	-	-	9.780	4.154	16.187	20.341	-	-	-	20.341
Exposição Financeira		18.632	4.913	23.545	-	-	-	23.545	12.688	4.229	16.917	(3.374)	-	(3.374)	13.543
Outros componentes financeiros		654	241	895	(4.000)	-	(4.000)	(3.105)	1.546	143	1.689	(4.740)	(217)	(4.957)	(3.268)
		451.146	171.821	622.967	(347.302)	(21.556)	(368.858)	254.109	633.383	204.391	837.774	(282.396)	(75.014)	(357.410)	480.364

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

Saldo em 01 de janeiro de 2014	-
Constituição	466.991
Amortização	12.681
Remuneração financeira setorial	692
Saldo em 31 de dezembro de 2014	480.364
Constituição	(115.567)
Amortização	(159.246)
Remuneração financeira setorial	48.558
Saldo em 30 de setembro de 2015	254.109

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/09/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	(a)	135.413	150.705
Diferido ativo		266.334	245.250
Diferido passivo		(130.921)	(94.545)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	144.257	156.735
Total		279.670	307.440

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo valor líquido, conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

	Ativo			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	397.931	99.542	448.295	112.133
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	398.572	35.871	428.568	38.572
Total		<u>135.413</u>		<u>150.705</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/09/2015		31/12/2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	57.772	57.772	44.538	44.538
Provisão para passivo atuarial	329.941	329.941	312.695	312.695
Provisão contencioso	228.439	228.439	200.746	200.746
Provisão PLR	12.666	12.666	24.499	24.499
Incentivo fiscal Sudene	-	-	89.800	-
Ajustes Base Regulatória	-	-	(69.432)	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	96.954	96.954	67.059	67.059
Perda CCEE	17.093	17.093	17.093	17.093
Valor justo de derivativos financeiros	27.557	27.557	27.444	27.444
Déficit plano previdenciário	1.251	1.251	1.251	1.251
Outros	12.290	12.290	11.591	11.591
Total Ativo	<u>783.963</u>	<u>783.963</u>	<u>727.284</u>	<u>706.916</u>
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(283.671)	(283.030)	(200.569)	(199.928)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(64.873)	(64.873)	(64.403)	(64.403)
Déficit plano previdenciário	(21.237)	(21.237)	(404)	(404)
Superávit plano previdenciário	(8.182)	(8.182)	(8.732)	(8.732)
Custo de captação	(8.069)	(8.069)	(4.881)	(4.881)
Total Passivo	<u>(386.032)</u>	<u>(385.391)</u>	<u>(278.989)</u>	<u>(278.348)</u>
Total Líquido	<u>397.931</u>	<u>398.572</u>	<u>448.295</u>	<u>428.568</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Deliberação CVM nº 371/02 e CPC 32 (aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09).

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2015 e 2014:

	Período acumulado de nove meses findos em			
	30/09/2015		30/09/2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	318.493	318.493	177.154	177.154
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(12.483)	(12.483)	(12.512)	(12.512)
Ajustes decorrentes do RTT	-	-	158.329	158.329
Juros sobre capital próprio	(38.636)	(38.636)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste	267.374	267.374	322.971	322.971
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	66.844	24.064	80.743	29.067
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	11	-	13
Contribuições e doações	44	16	2	1
Multas indedutíveis	257	92	59	21
Depreciação veículos executivos	34	12	34	12
Outras adições	513	191	323	(792)
	848	322	418	(745)
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(6.056)	(2.180)	(6.072)	(2.186)
Incentivo fiscal SUDENE	(44.528)	-	(61.549)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(1.296)	-	(2.405)	-
	(51.880)	(2.180)	(70.026)	(2.186)
Imposto de renda e contribuição social no período	15.812	22.206	11.135	26.136
Diferido de diferença temporária de RTT	5.092	-	(10.101)	(14.232)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	20.904	22.206	1.034	11.904
Corrente	8.174	19.457	29.512	32.752
Recolhidos e Pagos	14.928	21.743	21.209	26.620
À pagar	(196)	1.417	3.213	3.630
Compensados e deduzidos	-	-	2.709	3.819
Impostos antecipados a recuperar	(6.558)	(3.703)	2.381	(1.317)
Diferido	12.730	2.749	(28.478)	(20.848)
	20.904	22.206	1.034	11.904

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref	Período acumulado de três meses findos em			
	30/09/2015		30/09/2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	37.000	37.000	48.803	48.803
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.161)	(4.161)	(4.171)	(4.171)
Ajustes decorrentes do RTT	-	-	1.404	1.404
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste	32.839	32.839	46.036	46.036
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	8.210	2.956	11.509	4.143
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	4	-	4
Contribuições e doações	17	6	1	-
Multas indedutíveis	234	85	13	5
Depreciação veículos executivos	11	4	11	4
Outras adições	111	42	218	117
	373	141	243	130
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(2.019)	(728)	(2.024)	(729)
Incentivo fiscal SUDENE	(5.774)	-	(10.471)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(116)	-	(1.157)	-
	(7.909)	(728)	(13.652)	(729)
Imposto de renda e contribuição social no período	674	2.369	(1.900)	3.544
Diferido de diferença temporária de RTT	-	-	(54)	(109)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	674	2.369	(1.954)	3.435
Corrente	(1.078)	1.738	8.037	7.123
Recolhidos e Pagos	-	-	3.541	3.073
Á pagar	5.480	5.442	3.871	3.266
Compensados e deduzidos	-	-	599	784
Impostos antecipados a recuperar	(6.558)	(3.704)	26	-
Diferido	1.752	631	(9.991)	(3.688)
	674	2.369	(1.954)	3.435

A Companhia, a partir de Janeiro de 2015, está sujeita as implicações introduzidas pela Lei nº 12.973/14, que extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT).

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondente.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/09/2015	31/12/2014
Adiantamentos a empregados		4.703	6.129
Adiantamentos a fornecedores	(a)	17.153	25.199
Serviços prestados a terceiros		806	740
Alienações em curso		1.335	84
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	16.850	11.643
Cobrança extra judicial		498	700
Uso mútuo de postes		2.024	2.056
Sub-rogação CCC		834	1.081
Reembolsos do Fundo CDE - CCRBT	(c)	10.697	-
Outros créditos a receber		2.386	2.544
Total		<u>57.286</u>	<u>50.176</u>
Circulante		55.239	47.851
Não circulante		2.047	2.325

- (a) Valores concedidos antecipadamente aos fornecedores, contra prestação futura de um serviço ou entrega de material.
- (b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.
- (c) Valor de ressarcimento referente aos recursos provenientes da bandeira tarifária em julho/15 e setembro/15, conforme Decreto 8.401 de 04 de fevereiro de 2015.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	30/09/2015	31/12/2014
Trabalhistas		158.008	137.293
Cíveis		92.438	85.226
Fiscais:		72.028	55.500
PIS / COFINS		4.310	2.342
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	9.945	9.271
Impostos municipais	(b)	6.931	2.243
ICMS	(c)	27.536	25.018
INSS		763	730
IRPJ	(d)	20.407	13.871
Outros		2.136	2.025
Outros		8.283	7.026
Total		<u>330.757</u>	<u>285.045</u>

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do patrimônio líquido do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados e depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito do auto de infração referente a redução base de cálculo ICMS.
- (d) Depósito judicial referente à IRPJ, realizado com a finalidade de suspender a exigibilidade do saldo devedor no débito consolidado do REFIS previsto na Lei 9.964/2000.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu que o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 30 de setembro de 2015 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2014		1.593.886
Adições		(2.333)
Transferências	(a)	370.945
Atualização monetária / valor justo		45.935
Saldo em 31 de dezembro de 2014		<u>2.008.433</u>
Baixas		(1.189)
Amortização/reversão		27.384
Transferências	(a)	105.003
Atualização monetária / valor justo		83.101
Saldo em 30 de setembro de 2015		<u><u>2.222.732</u></u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no período.

O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (vide nota 24) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica.

14. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pela parcela da infra-estrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, composta pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

No terceiro trimestre de 2015 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 14.723 (R\$ 11.831 no terceiro trimestre de 2014) cuja taxa média de capitalização foi de 0,86% no ano.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/2015				31/12/2014	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,88%	8.314.721	(3.968.118)	(1.485.620)	2.860.983	2.949.157
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.202.396	-	(372.152)	830.244	633.960
Total		9.517.117	(3.968.118)	(1.857.772)	3.691.227	3.583.117

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2014	7.662.069	(3.353.642)	(1.534.612)	2.773.815	1.075.720	(183.063)	892.657	3.666.472
Adições	-	-	-	-	937.173	(299.783)	637.390	637.390
Baixas	(90.863)	76.482	-	(14.381)	(22.698)	-	(22.698)	(37.079)
Amortizações	-	(415.287)	101.842	(313.445)	-	-	-	(313.445)
Transferências - Intangíveis	580.010	-	(120.516)	459.494	(580.010)	120.516	(459.494)	-
Transferências - Ativos financeiros	889	-	-	889	(478.139)	106.306	(371.833)	(370.944)
Transferências - Outros	38.071	-	4.714	42.785	(17.962)	(24.100)	(42.062)	723
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.190.176	(3.692.447)	(1.548.572)	2.949.157	914.084	(280.124)	633.960	3.583.117
Adições	-	-	-	-	602.222	(159.805)	442.417	442.417
Baixas	(54.167)	45.033	-	(9.134)	(12.087)	-	(12.087)	(21.221)
Amortizações	-	(320.704)	80.176	(240.528)	-	-	-	(240.528)
Transferências - Intangíveis	161.659	-	(42.532)	119.127	(161.659)	42.532	(119.127)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	(224)	-	-	(224)	(149.920)	45.141	(104.779)	(105.003)
Transferências - Outros (b)	17.277	-	25.308	42.585	9.756	(19.896)	(10.140)	32.445
Saldo em 30 de setembro de 2015	8.314.721	(3.968.118)	(1.485.620)	2.860.983	1.202.396	(372.152)	830.244	3.691.227

- (a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
- (b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

15. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fornecedores	30/09/2015	31/12/2014
Energia elétrica:	452.441	534.286
Terceiros	395.302	481.207
Partes relacionadas	57.139	53.079
Encargos de uso da rede	19.000	20.970
Terceiros	17.373	18.802
Partes relacionadas	1.627	2.168
Materiais e serviços	116.068	162.077
Terceiros	115.544	161.584
Partes relacionadas	524	493
Energia livre	35.142	32.307
Total	<u>622.651</u>	<u>749.640</u>
Circulante	587.509	706.540
Não circulante	35.142	43.100

Os montantes classificados no não circulante referem-se basicamente a valores remanescentes de energia livre no montante R\$ 35.142, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2.517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, que impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 25 de agosto de 2013 houve deferimento de medida liminar, atribuindo efeito suspensivo até o julgamento.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Consolidado				
		Encargos	Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	30/09/2015	31/12/2014
Moeda nacional						
BNB		805	61.516	94.711	157.032	206.696
(-) Custos de transação	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	-	(371)	(279)	(650)	(1.054)
		805	61.145	94.432	156.382	205.642
BNDES FINEM		3.368	251.512	934.762	1.189.642	1.043.921
(-) Custos de transação	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	-	(1.491)	(3.580)	(5.071)	(225)
		3.368	250.021	931.182	1.184.571	1.043.696
Eletrobrás		-	22.249	88.086	110.335	139.107
(-) Custos de transação	5,04% a.a. a 5,45% a.a.	-	(200)	(609)	(809)	(979)
		-	22.049	87.477	109.526	138.128
FINEP		94	16.290	29.725	46.109	55.958
(-) Custos de transação	5,01% a.a. a 5,46% a.a.	-	(123)	(102)	(225)	(326)
		94	16.167	29.623	45.884	55.632
CEF - LPT 8	6% a.a.	147	-	39.364	39.511	-
		147	-	39.364	39.511	-
Banco do Brasil		17.963	14.286	385.714	417.963	402.270
(-) Custos de transação	108% do CDI e 14,14% a.a.	-	(729)	(897)	(1.626)	(2.130)
		17.963	13.557	384.817	416.337	400.140
Emissão BONDS Reais	12,18%a.a. a 15,93%a.a.	19.975	400.000	-	419.975	408.225
(-) Custos de transação		-	(497)	-	(497)	(1.146)
		19.975	399.503	-	419.478	407.079
Total moeda nacional		42.352	762.442	1.566.895	2.371.689	2.250.317
Moeda estrangeira						
ITAÚ I e II	3,1025% a.a.	2.654	-	271.002	273.656	195.907
Operações com swap	111% do CDI	-	5.677	(64.651)	(58.974)	11.561
		2.654	5.677	206.351	214.682	207.468
Títulos Externos		2.964	-	537.107	540.071	398.451
Operações com swap	Libor 6M + 1,5% a.a 102,60% do CDI	-	11.399	(134.126)	(122.727)	(51.327)
		2.964	11.399	402.981	417.344	347.124
Bank of America 2012 e 2013		739	-	765.467	766.206	559.270
Operações com swap	CDI + 0,552% a.a., CDI + 0,60% a.a., CDI + 0,61% a.a. e 106% do CDI	-	1.963	(321.103)	(319.140)	(111.366)
		739	1.963	444.364	447.066	447.904
Banco Tokio		100	-	177.834	177.934	128.830
Operações com swap	Libor 3M + 0,8% a.a. CDI + 0,60% a.a.	-	572	(72.616)	(72.044)	(22.725)
		100	572	105.218	105.890	106.105
Citibank 2013 e 2015		396	-	456.463	456.859	255.559
Operações com swap	Libor 3M + 0,970% a.a. / Libor 6M + 1,80% a.a. 104,5% e 106,9% do CDI	-	1.877	(127.992)	(126.115)	(24.434)
		396	1.877	328.471	330.744	231.125
Banco JP Morgan		111	-	89.771	89.882	65.236
Operações com swap	2,94% a.a. 105% do CDI	-	190	(30.598)	(30.408)	(5.818)
		111	190	59.173	59.474	59.418
BNP Paribas		1.061	-	314.435	315.496	-
Operações com swap	1,635% a.a. 105,2% do CDI	-	4.946	(83.965)	(79.019)	-
		1.061	4.946	230.470	236.477	-
Mizuho		478	-	134.110	134.588	-
Operações com swap	Libor 6M+1,40% a.a. 101,4% do CDI	-	2.361	(7.789)	(5.428)	-
		478	2.361	126.321	129.160	-
Total moeda estrangeira		8.503	28.985	1.903.349	1.940.837	1.399.144
(-) Depósitos em garantia				(45.620)	(45.620)	(41.934)
Total		50.855	791.427	3.424.624	4.266.906	3.607.527

(a) Captações e renegociações de recursos no período:

Até 30 de setembro de 2015, a Companhia captou os seguintes recursos para fins de cobertura de caixa:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – Em 2015, a Companhia recebeu R\$ 31.717 para financiamento de investimentos realizados em 2013 e 2014 e R\$ 266.725 para financiamento de investimentos a serem realizados em 2015 e 2016, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013, julho e dezembro de 2014.
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu R\$ 2.300 em fevereiro de 2015 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em fevereiro de 2012.
- Caixa Econômica Federal – CEF – A Companhia recebeu R\$ 37.895 em janeiro de 2015, referente a primeira e segunda parcela do Contrato de Financiamento do Programa Luz para Todos 8ª tranche, assinado em outubro de 2014.
- Em janeiro de 2015, a Companhia realizou captação de recursos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131, no montante de EUR 75.000, equivalentes a R\$ 226.953, junto ao BNP Paribas S.A., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortização *bullet*, com custo de 1,635% a.a., a ser pago semestralmente. Em conexão com esta operação foi contratado *swap* de proteção cambial, com custo de 105,2% do CDI.
- Em março de 2015, a Companhia realizou captação de recursos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131, no montante de USD 30.000, equivalentes a R\$ 97.140, junto ao Banco Citibank, N.A., com vencimento em 15 de março de 2018, amortização *bullet*, com custo de Libor 6M + 1,80% a.a., a ser pago semestralmente. Em conexão com esta operação foi contratado *swap* de proteção cambial, com custo de 106,9% do CDI.
- Em julho de 2015, a Companhia realizou captação de recursos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131, no montante de USD 37.700, equivalentes a R\$ 125.701, junto ao Banco Mizuho Bank Ltd., com vencimento em 30 de julho de 2018, amortização *bullet*, com custo de Libor 6M + 1,40% a.a., a ser pago semestralmente. Em conexão com esta operação foi contratado *swap* de proteção cambial, com custo de 101,4% do CDI.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os empréstimos em moeda estrangeira contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- Títulos Externos, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013, JP Morgan, N.A. 2013, Citibank N.A. 2015, BNP Paribas S.A. 2015 e Mizuho Bank Ltd. 2015 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;
- Bank of América, N.A. 2012 e 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor que 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2015 são os seguintes:

	30/09/2015			31/12/2014		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2016	-	-	-	847.164	(1.683)	845.481
2017	224.452	-	224.452	1.067.031	540	1.067.571
2018	2.308.921	(1.199)	2.307.722	1.087.788	(458)	1.087.330
2019	34.230	(78)	34.152	116.162	(127)	116.035
2020	20.298	(30)	20.268	109.729	(87)	109.642
Após 2020	887.808	(4.158)	883.650	100.263	(87)	100.176
Total obrigações	3.475.709	(5.465)	3.470.244	3.328.137	(1.902)	3.326.235
(-) Garantias depósitos vinculados			(45.620)			(41.934)
Total			3.424.624			3.284.301

A mutação de empréstimos e financiamentos no período é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	353.748	1.854.635	(30.522)	1.429.666	3.607.527
Ingressos	-	338.637	-	449.794	788.431
Encargos	157.500	-	30.941	-	188.441
Variação monetária e cambial	272	3.101	4.573	948.690	956.636
Swap	-	-	103.135	(926.423)	(823.288)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(1.510)	1.622	112
Transferências	671.412	(671.412)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(375.120)	-	(69.129)	-	(444.249)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(3.686)	-	-	(3.686)
(-) Custos de transação	(3.018)	-	-	-	(3.018)
Saldo em 30 de setembro de 2015	804.794	1.521.275	37.488	1.903.349	4.266.906

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/09/2015	31/12/2014
Salários	2.402	2.223
Encargos sociais	11.466	8.685
Provisões férias e 13º salário	27.911	18.034
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.952	3.065
Provisão PLR (a)	14.895	26.728
Outros	117	187
Total	58.743	58.922

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189/1976 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área.

18. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/09/2015	31/12/2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(a)	26.740	1.611
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.751	1.805
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		877	255
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	28.303	23.375
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	13.060	3.585
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		678	507
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(c)	38.527	-
Total		109.936	31.138
Circulante		83.513	15.085
Não circulante		26.423	16.053

- (a) Valor referente às quotas anuais definitivas de CDE-USO e CDE-ENERGIA para o ano de 2015, conforme Resolução nº 1.857 de fevereiro de 2015.
- (b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Ministério de Minas e Energia - MME e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nº 300/2008, nº 316/2008, nº 504/2012 e nº 556/2013.
- (c) Valor de repasse, de agosto e setembro, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto 8.401 de 04 de fevereiro de 2015.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de renda - IR	13.031	3.780
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	19.457	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	69.760	10.794
Programa de integração social - PIS	6.161	15.702
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	28.656	72.366
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.430	3.579
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.081	1.157
Imposto sobre serviços - ISS	492	747
Impostos e contribuições retidos na fonte	14.358	15.188
Outros	904	687
	<u>157.330</u>	<u>124.000</u>
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4.526	4.243
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	72	73
	<u>4.598</u>	<u>4.316</u>
Total	<u>161.928</u>	<u>128.316</u>

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2015</u>					
RCA de 19 de junho 2015	JSCP	38.636	0,1990406	0,1990406	0,2189447
RCA de 19 de junho 2015	Dividendos Intermediários	41.565	0,2141330	0,2141330	0,2355463
		<u>80.201</u>			
<u>2014</u>					
RCA de 30 de dezembro 2014	JSCP	120.887	0,622781537	0,622781537	0,685059691
		<u>120.887</u>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 30 de setembro de 2015, é como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2014	221.168
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	80.201
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(51)
Pagos no período	(299.353)
Prescritos	(153)
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>1.812</u>

21. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 57.658, classificada no passivo circulante (R\$ 25.545 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 188.260 no não circulante (R\$ 192.680 em 31 de dezembro de 2014) estão compostas como segue:

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	129.213	67.650	14.869	6.493	218.225
Constituição	25.644	31.119	657	-	57.420
Baixas/reversão	(30.485)	(33.786)	(19)	(3.290)	(67.580)
Atualização	20.283	14.691	1.850	1.029	37.853
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>144.655</u>	<u>79.674</u>	<u>17.357</u>	<u>4.232</u>	<u>245.918</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus prestadores de serviços (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas salariais e indenizatórias.

Contingências Trabalhistas	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		30/09/2015	31/12/2014
Ex-empregados da Companhia		96.100	1ª, 2ª e 3ª	Provável	96.100	86.320
		213.805	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		49.021	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		42.054	1ª, 2ª e 3ª	Provável	42.054	35.358
		263.578	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		66.913	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		6.501	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.501	7.535
		8.587	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.268	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>755.827</u>			<u>144.655</u>	<u>129.213</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/2015	31/12/2014
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	11.259	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.259	12.279
		-	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	57.490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	57.490	47.177
		1.145.987	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		33.470	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		4.791	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.791	4.015
		30.055	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.288	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(c)	624	1ª, 2ª e 3ª	Provável	624	515
Comerc. energia e produtos		51.316	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		26.145	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(c)	4.128	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.128	3.169
		84.414	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.079	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(c)	1.382	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.382	495
		39.978	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.278	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>1.496.684</u>			<u>79.674</u>	<u>67.650</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 04 de março, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.
- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/2015	31/12/2014
ICMS	(a)	173.846	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	2.582	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.582	2.445
		23.693	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		5.875	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	13.450	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(d)	6	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6	6
		2.512	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
REFIS	(e)	21.972	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(f)	42.734	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(g)	12.983	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15.160	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(h)	530.958	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(i)	3.976	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.976	3.808
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	5.283	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CIDE	(k)	6.701	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		2.951	Administrativa	Possível	-	-
		1.661	Administrativa	Remota	-	-
					-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(l)	6.058	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(m)	10.793	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.793	8.610
		9.418	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		501	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		893.739			17.357	14.869

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) ICMS

(a.1) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo nº 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A probabilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em virtude de entradas de mercadorias no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, anexando evidências de desfazimento das operações de aquisições. A probabilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.3) Auto de infração lavrado pela SEFAZ/BA aplicando multa por erro na aplicação da alíquota cabível nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, e em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis. A Coelba interpôs defesa administrativa. A probabilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.4) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por utilização indevida de crédito fiscal referente a compras do ativo imobilizado. A Companhia entende que a atuação não procede no que concerne aos equipamentos de informática, móveis e outros materiais, pois se trata de bens que foram registrados no ativo imobilizado e são utilizados na atividade operacional da empresa. A probabilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.5) Auto de infração lavrado, contra a Companhia em decorrência do não recolhimento da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e consumo de empresas do Simples Nacional. A probabilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.6) Auto de infração lavrado contra a Companhia com a alegação de efetuar estorno de débito de ICMS, em desacordo com a legislação vigente, referente às faturas anuladas/ retificadas de períodos anteriores. A Companhia interpôs impugnação administrativa. A probabilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU por diversos municípios. A Companhia optou por constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa

e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03 de maio de 2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

f) PIS/COFINS

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei nº 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desses processos foi classificada como possível.

g) COFINS

(g.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº. 01/2002.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatada a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

k) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

l) INCENTIVO FISCAL SUDENE - Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

m) FAP - Ação ordinária ajuizada contra a União Federal questionando o aumento do fator acidentário em 2010. Foi deferida liminar a favor da Companhia para depositarmos o valor em juízo, até decisão final. Processo encontra-se com recurso pendente de julgamento no Tribunal.

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref. (a) / (b)	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/2015	31/12/2014
Auto de Infração ANEEL		4.232	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.232	6.493
		79.550	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>83.782</u>			<u>4.232</u>	<u>6.493</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Auto de infração referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos por oscilações no sistema de distribuição de energia. O processo já foi julgado pela ANEEL. A Coelba impetrou ação judicial contra a decisão, em maio de 2012, sendo obtida antecipação de tutela com efetivação de depósito judicial. Em Julho de 2014 foi prolatada sentença procedente em parte, sendo provisionado o processo em razão da sentença. A Coelba apresentou embargos de declaração, os quais foram julgados em 30 de março de 2015, com acolhimento parcial. Em 30 de junho de 2015 foi interposta apelação pela Coelba, a qual permanece aguardando julgamento. Valor atualizado do processo até setembro de 2015 é de R\$ 2.651.

(b) Ação ordinária interposta pela Coelba em 12 de setembro de 2011, com o objetivo de desconstituir despacho da Aneel de nº. 3.421/11 e visando afastar qualquer sanção ou penalidade, em razão da utilização de faturamento por média, quando da troca do sistema SAP/CCS. Apelação interposta pela Coelba, a qual permanece aguardando julgamento. Valor atualizado até setembro de 2015 é de R\$ 1.581.

22. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/2015	31/12/2014
Consumidores	(a)	60.130	57.613
Plano de saúde (fundo de reserva)		3.484	4.814
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		4.758	3.642
Convênios		220	301
Caução em garantia	(b)	142.198	119.402
Adiantamentos recebidos	(c)	35.430	16.759
Outras		9.975	12.636
Total		<u>256.195</u>	<u>215.167</u>
Circulante		<u>247.253</u>	<u>197.123</u>
Não circulante		8.942	18.044

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 8 – Serviços em Curso).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2014 é de R\$ 1.300.000 e o subscrito e integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Unica	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	103.719.991	94,9	18.257.737	93,4	59.315.266	100,0	181.292.994	96,3
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Unica	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	298.831	94,9	52.603	93,4	170.895	100,0	522.329	96,3
Previ	9.559	3,0	2.865	5,1	-	0,0	12.424	2,3
Outros	6.530	2,1	880	1,6	-	0,0	7.410	1,4
Total	314.920	100,0	56.348	100,0	170.895	100,0	542.163	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo nº 157 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e em complemento ao Fato Relevante divulgado em 16 de janeiro de 2015, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que no dia 27 de fevereiro de 2015, observadas todas as formalidades necessárias, inclusive aquelas prescritas para a celebração de operações com partes relacionadas, foi firmado o Contrato de Compra e Venda das Ações referente à venda da participação da Iberdrola Energia S.A na Coelba S.A , tendo como comprador a Neoenergia S.A.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 30 de setembro de 2015, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada e disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 238.878 (R\$ 226.399 em 31 de dezembro de 2014)

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo nº 545/99 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período findo em 30 de setembro de 2015 o valor de R\$ 44.528 (R\$ 61.548 em 30 de setembro de 2014) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) **Reserva de Retenção de Lucros**

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes as variações nas obrigações de benefício pós-emprego, líquida dos tributos conforme CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

24. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos	
		30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
		(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Fornecimento de energia	(a)	1.167.299	696.257	3.422.978	2.089.278
Receita de distribuição		1.035.168	594.293	3.080.866	1.778.420
Remuneração financeira wacc		132.131	101.964	342.112	310.858
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	44.034	-	393.464	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	941.842	858.780	2.920.176	2.574.257
Receita de distribuição		939.119	856.720	2.913.389	2.567.351
Remuneração financeira wacc		2.723	2.060	6.787	6.906
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	(d)	(40.172)	-	(27.628)	-
Receita de construção da infraestrutura da concessão		115.095	127.962	381.935	313.855
Outras receitas	(e)	52.944	35.180	106.159	91.234
Total receita bruta		2.281.042	1.718.179	7.197.084	5.068.624
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(771.527)	(448.546)	(2.394.244)	(1.422.344)
Total receita operacional líquida		1.509.515	1.269.633	4.802.840	3.646.280

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Período acumulado de nove meses findos em						
Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Consumidores:						
Residencial	5.005.106	4.864.350	4.959.570	4.861.861	2.657.134	1.896.854
Industrial	15.971	17.124	1.904.705	1.992.296	782.854	571.815
Comercial	364.699	341.108	2.442.243	2.331.650	1.415.309	1.014.089
Rural	211.833	210.226	1.197.865	1.120.475	351.830	216.766
Poder público	47.739	47.549	504.216	495.662	246.704	185.390
Iluminação pública	16.777	16.485	743.091	688.185	193.140	127.491
Serviço público	11.434	10.793	657.194	651.520	197.034	143.619
Consumo próprio	459	448	11.730	11.062	-	-
Suprimento	2	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(2.042)	24.964
(1)						
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	-	-	(2.803.430)	(2.469.079)
	5.674.020	5.508.083	12.420.614	12.152.711	3.038.533	1.711.909
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	384.445	377.369
Total	5.674.020	5.508.083	12.420.614	12.152.711	3.422.978	2.089.278

Período de três meses findos em						
Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Consumidores:						
Residencial	5.005.106	4.864.350	1.533.512	1.546.689	866.013	622.748
Industrial	15.971	17.124	636.905	680.144	273.388	204.832
Comercial	364.699	341.108	769.243	733.221	468.823	334.984
Rural	211.833	210.226	440.155	425.702	133.564	83.145
Poder público	47.739	47.549	155.460	155.402	80.965	61.599
Iluminação pública	16.777	16.485	254.535	239.113	69.552	45.953
Serviço público	11.434	10.793	215.928	215.824	61.971	49.574
Consumo próprio	459	448	3.693	3.245	-	-
Suprimento	2	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(11.438)	(14.665)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1) -	-	-	-	(904.993)	(827.992)
	5.674.020	5.508.083	4.009.431	3.999.340	1.037.845	560.178
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	129.454	136.079
Total	5.674.020	5.508.083	4.009.431	3.999.340	1.167.299	696.257

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Câmara de Comercialização de energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	36.849	30.788	116.746	105.178
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	904.993	827.992	2.803.430	2.469.079
	<u>941.842</u>	<u>858.780</u>	<u>2.920.176</u>	<u>2.574.257</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Valores a Receber da Parcela A e Outros Itens Financeiros

	Período de três meses findos em	Período acumulado de nove meses findos em
	30/09/2015	30/09/2015
Parcela "A"		
Revisão Tarifária	(3.221)	29.275
CVA e Neutralidade		
Energia	(214.396)	(313.407)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	82.139	170.097
Neutralidade dos encargos setoriais	8.453	9.021
Sobrecontratação	111.304	70.546
Outras CVA's	(16.653)	28.125
Componentes Financeiros e Subsídios		
Desconto Tarifa Autoprodutores	-	(147)
Energia Eletronuclear	(4.340)	(10.562)
Exposição Financeira	(10.902)	8.141
Outros componentes financeiros	7.444	(18.717)
Total	<u>(40.172)</u>	<u>(27.628)</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Outras Receitas

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014 (Reclassificado)	30/09/2015	30/09/2014 (Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	7.668	12.394	20.246	19.355
Arrendamentos e aluguéis	25.150	3.632	29.784	18.509
Serviço taxado	3.765	3.239	9.838	8.509
Taxa de iluminação pública	-	1.405	(28)	3.998
Administração de faturas de fraudes	157	79	284	468
Comissão serviços de terceiros	-	1.216	(15)	3.138
Multa infração consumidor	(1)	-	(3)	-
Multa por inadimplência	15.953	12.229	44.924	34.564
Outras receitas	252	986	1.129	2.693
	<u>52.944</u>	<u>35.180</u>	<u>106.159</u>	<u>91.234</u>

(f) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
IMPOSTOS:				
ICMS	(412.381)	(305.185)	(1.267.249)	(921.991)
PIS	(29.364)	(22.076)	(106.400)	(78.715)
COFINS	(135.248)	(102.170)	(490.261)	(363.266)
ISS	(2.468)	(1.800)	(5.177)	(4.374)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(171.509)	(4.832)	(375.273)	(13.030)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(7.005)	(4.790)	(21.403)	(16.129)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.802)	(1.916)	(8.561)	(6.451)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.401)	(958)	(4.281)	(3.226)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.802)	(1.916)	(8.561)	(6.451)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(2.609)	(2.903)	(7.826)	(8.711)
Encargos do Consumidor - CCRBT	(3.938)	-	(99.252)	-
Total	<u>(771.527)</u>	<u>(448.546)</u>	<u>(2.394.244)</u>	<u>(1.422.344)</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

a) Custo de Energia Elétrica

	Período de três meses findo em				Período acumulado de nove meses findos em			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
	(Reclassificado)		(Reclassificado)		(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Energia comprada para revenda								
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	2.021.812	1.472.409	(551.255)	(619.928)	6.250.350	4.327.913	(1.698.375)	(1.469.124)
Energia adquirida contrato bilateral	1.029.986	1.020.957	(196.076)	(185.635)	3.018.763	3.047.017	(554.665)	(535.317)
Contratos por cotas de garantia física	1.898.073	1.960.789	(71.282)	(61.768)	6.216.284	6.145.836	(196.949)	(186.303)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	169.380	168.697	(28.231)	(24.891)	502.692	500.666	(96.565)	(74.673)
Energia curto prazo - PLD	290.910	109.597	(648)	(68.006)	1.197.930	450.306	(226.108)	(422.850)
PROINFA	92.771	99.762	(21.645)	(21.986)	286.561	279.059	(64.935)	(65.958)
Ressarcimento de energia	-	-	268	20.862	-	-	35.949	96.617
Aporte CDE/ Conta ACR -CCEE	-	-	-	254.335	-	-	-	568.058
Créditos de PIS e COFINS	-	-	82.248	51.578	-	-	243.549	185.309
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	(22.473)	-	-	-	(22.473)	-
Total	5.502.932	4.832.211	(809.094)	(655.439)	17.472.580	14.750.797	(2.580.572)	(1.904.241)
Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de rede básica	-	-	(48.474)	(55.267)	-	-	(170.424)	(125.322)
Encargos de conexão	-	-	(6.191)	(5.205)	-	-	(17.424)	(15.210)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	(1.289)	(1.385)	-	-	(3.718)	(4.668)
Encargo de serviço do sistema - ESS	-	-	(80.712)	(24.972)	-	-	(174.899)	(53.343)
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	15.983	3.477	-	-	25.639	11.746
Créditos de PIS e COFINS	-	-	5.316	70.071	-	-	16.465	102.088
			(115.367)	(13.281)			(324.361)	(84.709)
			(924.461)	(668.720)			(2.904.933)	(1.988.950)

(*) Informações não auditadas.

b) Custo de operação e despesas operacionais

	Período acumulado de nove meses findos em			
	30/09/2015		30/09/2014	
			(Reclassificado)	
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(163.662)	(79.257)	(242.919)	(232.314)
Administradores	-	(4.859)	(4.859)	(4.973)
Entidade de previdência privada	(7.502)	(3.048)	(10.550)	(7.674)
Material	(13.308)	(959)	(14.267)	(14.019)
Serviços de terceiros	(345.517)	(62.674)	(408.191)	(363.644)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(5.590)	-	(5.590)	(5.472)
Depreciação e amortização	(225.809)	(13.939)	(239.748)	(230.986)
Arrendamentos e aluguéis	(987)	(3.696)	(4.683)	(4.444)
Tributos	(81)	(5.011)	(5.092)	(7.491)
Provisões líquidas - PCLD	(12.267)	-	(12.267)	(14.173)
Perdas conta a receber/consumidores	(40.386)	-	(40.386)	(20.770)
Provisões líquidas - contingências	-	10.816	10.816	8.715
Provisões atuariais	-	31.070	31.070	6.933
Multas regulatórias	(19.284)	-	(19.284)	(20.209)
Outros	(27.209)	(39.218)	(66.427)	(53.508)
Total custos / despesas	(861.602)	(170.775)	(1.032.377)	(964.029)

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo / Despesas	Período de três meses findos em			30/09/2014
	30/09/2015			(Reclassificado)
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(54.781)	(26.517)	(81.298)	(67.279)
Administradores	-	(929)	(929)	(2.134)
Entidade de previdência privada	(2.392)	(995)	(3.387)	(408)
Material	(5.769)	(352)	(6.121)	(7.518)
Serviços de terceiros	(130.845)	(22.810)	(153.655)	(126.026)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.035)	-	(2.035)	(1.520)
Depreciação e amortização	(72.551)	(4.935)	(77.486)	(81.646)
Arrendamentos e aluguéis	(363)	(1.343)	(1.706)	(1.646)
Tributos	(21)	(263)	(284)	(2.146)
Provisões líquidas - PCLD	6.714	-	6.714	(8.781)
Perdas conta a receber/consumidores	(30.030)	-	(30.030)	(4.851)
Provisões líquidas - contingências	-	12.390	12.390	2.998
Provisões atuariais	-	5.658	5.658	-
Multas regulatórias	(3.576)	-	(3.576)	(4.734)
Outros	(18.064)	(17.992)	(36.056)	(25.878)
Total custos / despesas	<u>(313.713)</u>	<u>(58.088)</u>	<u>(371.801)</u>	<u>(331.569)</u>

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda de aplicações financeiras	22.488	6.703	51.587	25.174
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	13.447	8.082	30.480	23.401
Variação monetária - Dívida	311.670	21.293	616.857	121.690
Variação cambial	1.150	14.837	197.237	143.956
Operações swap	649.042	147.103	1.143.793	193.262
Receita Financeira da Concessão	26.387	(9.054)	83.101	21.978
Atualização Depósitos Judiciais	5.474	-	15.028	-
Multa sobre Fornecedor	601	1.579	2.206	3.256
Remuneração financeira setorial	18.320	-	48.558	-
Outras receitas - Variação Monetária	1	2.262	991	2.262
Outras receitas financeiras	1.236	5.404	8.259	24.270
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(2.902)	-	(2.902)	-
Total	<u>1.046.914</u>	<u>198.209</u>	<u>2.195.195</u>	<u>559.249</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos	
	30/09/2015	30/09/2014 (Reclassificado)	30/09/2015	30/09/2014 (Reclassificado)
Encargos de dívida	(58.081)	(46.149)	(164.707)	(137.575)
Variação monetária - Dívida	(313.352)	(20.005)	(622.748)	(128.007)
Variação cambial	(651.774)	(147.283)	(1.148.708)	(201.872)
Operações swap	(49.346)	(40.403)	(320.505)	(206.055)
Perda acréscimos moratórios	(345)	(227)	(1.044)	(999)
Obrigações Pós Emprego	(9.164)	(6.896)	(27.493)	(20.689)
IOF	(336)	(2.619)	(1.392)	(2.664)
Encargos P&D/PEE	(1.190)	(689)	(2.725)	(641)
Atualização contingências	(12.607)	(12.788)	(37.853)	(31.560)
Outras despesas - Variação Monetária	(5.764)	(7.143)	(21.517)	(10.538)
Outras despesas financeiras	(6.113)	(6.585)	(11.606)	(20.939)
Total	(1.108.072)	(290.787)	(2.360.298)	(761.539)

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Por empresa	30/09/2015		30/09/2015				
	Resultado	Ativo			Passivo		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Coligadas							
CELPE	2.924	514	1.629	2.143	99	-	99
ITAPÉBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(287.987)	86	2.557	2.644	32.088	-	32.088
TERMOPEERNAMBUCO S/A	(80.823)	-	-	-	18.672	-	18.672
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(3.163)	-	-	-	447	-	447
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(1.948)	-	-	-	276	-	276
RIO PCH I S.A.	(1.066)	-	-	-	151	-	151
BAHIA PCH I S.A.	575	65	-	65	-	-	-
SE NARANDIBA S.A.	(6.803)	-	-	-	777	-	777
NC ENERGIA S.A.	(1.538)	-	-	-	(0)	-	(0)
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(19.776)	91	-	91	2.290	-	2.290
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(10.626)	9	-	9	1.273	-	1.273
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(13.395)	-	-	-	1.894	-	1.894
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(900)	-	-	-	100	-	100
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(770)	-	-	-	86	-	86
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(900)	-	-	-	100	-	100
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(835)	-	-	-	93	-	93
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(887)	-	-	-	99	-	99
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(607)	-	-	-	67	-	67
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(903)	-	-	-	90	-	90
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(745)	-	-	-	83	-	83
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(752)	-	-	-	84	-	84
AMARA BRASIL	(3.787)	-	-	-	315	-	315
	(434.712)	765	4.186	4.952	59.084	-	59.084
Controladores							
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(284)	-	-	-	773	-	773
OUTROS MINORITÁRIOS	-	-	-	-	1.910	-	1.910
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A	(900)	-	-	-	207	5.680	5.887
	(1.184)	-	-	-	2.890	5.680	8.570
	(435.896)	765	4.186	4.952	61.974	5.680	67.654

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		30/09/15					
Ref.	Resultado	Ativo			Passivo		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Receita	5.744	-	-	-	-	-	-
Fornecimento de energia elétrica	(a) 1.321	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.373	-	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	50	-	-	-	-	-	-
Despesa	(441.640)	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(a) (418.235)	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	(18.414)	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(b) (4.707)	-	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(c) (284)	-	-	-	-	-	-
Ativo	-	765	4.187	4.952	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros	(a) -	765	-	765	-	-	-
Outros ativos	(d) -	-	4.187	4.187	-	-	-
Passivo	-	-	-	-	61.974	5.680	67.550
Fornecedores	(a) -	-	-	-	59.291	-	59.187
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	1.910	-	1.910
Outros passivos	(e) -	-	-	-	773	5.680	6.453
Em 30/09/2015	(435.896)	765	4.187	4.952	61.974	5.680	67.550
Jan - Set/2014	(420.063)						
Em 31/12/2014		622	1.238	1.860	157.575	2.402	159.977

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluentes Geração – Contrato nº 4600034440, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 - Contrato nº 4600026039 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026042 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026043 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026044 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026045 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026046 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Celpe - Contrato de nº 15536355, com vigência até julho de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600035088 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão Narandiba Brumado, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600032352 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600034452 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2017, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600032485, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2018.

(g) Contratos de fornecimento de energia

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Afluentes Transmissão – Contratos nº 7008092790 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Custo de Captação

Referente ao contrato Banco do Brasil nº 342.901.039/2010 e emissão de BONDS no exterior.

27.1 Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 4.352 (R\$ 4.648 em 30 de setembro de 2014). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas de gerenciamento de riscos

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira da NEOENERGIA que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. A Companhia ainda monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores considerados como mantido para negociação e por isso, classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; (b) Títulos e valores mobiliários representados por fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado do período.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, à SELIC ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados ao CDI.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de *hedge*, classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*, previsto no item AG105 do CPC38. Caso contrário, são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado conforme previsto no item 9 do CPC 38, que trata das definições das categorias de instrumentos financeiros. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e euro para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado		
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/15
					30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014					
Contratos de swaps													
Coelba													
Swap	Banco Citibank	22/06/2010 / 26/08/2010 / 10/12/2010 / 14/05/2014	26/12/2018	USD 6M LIBOR + 1,50 %a.a.	USD 150.000	USD 150.006	R\$ 399.495	R\$ 339.402	134.126	393.477	127.613		
Ativa	Banco Merrill Lynch e Banco BNP Paribas			102,60% do CDI					11.399	342.149			
Passiva									122.727	51.328			
Swap	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.000	USD 50.000	R\$ 104.005	R\$ 104.005	72.616	128.940	43.772		
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12 / 05/12/13	14/06/2018 20/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a.)	USD 209.900	USD 209.900	R\$ 439.032	R\$ 439.032	572	106.115			
Passiva									72.044	22.725			
Swap	Banco Citibank	22/11/2013 / 27/03/2015	03/12/2018 / 15/03/2018	117,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a) / 117,65%*(USD Libor 6M+1,8% a.a)	USD 128.000	USD 98.000	R\$ 322.540	R\$ 225.400	321.103	559.354	190.281		
Ativa				104,5% do CDI / 106,9% do CDI					1.963	447.988			
Passiva									319.140	111.366			
Swap	Banco JP Morgan	03/12/13	17/12/18	3,4588% a.a	USD 24.500	USD 24.500	R\$ 58.065	R\$ 58.065	127.992	255.602	90.678		
Ativa				105% do CDI					1.877	231.168			
Passiva									126.115	24.434			
Swap	Banco Itaú Unibanco	18/12/2014 / 19/12/2014	18/12/17	3,65% a.a.	USD 73.127	USD 73.127	R\$ 200.000	R\$ 200.000	30.598	65.250	22.716		
Ativa				111% do CDI					190	59.432			
Passiva									30.408	5.818			
Swap	BNP Paribas	16/01/2015	22/01/2018	1,9235% a.a	EUR 75.000	-	R\$ 226.953	R\$ 0	64.651	195.945	66.065		
Ativa				105,2% do CDI					5.677	207.505			
Passiva									58.974	(11.560)			
Swap	Bank of America	28/07/2015	30/07/2018	2,1414882675% a.a	USD 37.700	-	R\$ 125.701	R\$ 0	83.965	-	9.079		
Ativa				101,4% do CDI					4.946	-			
Passiva									79.019	-			
									7.789	-	609.240		
									2.361	-			
									5.428	-			
									813.855	204.111			

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os demais passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetros a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Os ativos possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. Ao final de cada período, a companhia utiliza as taxas referenciais de mercado disponíveis na BM&F como taxa de desconto para precificação dos ativos e passivos após a interpolação exponencial para obtenção das taxas estimadas durante todo o período dos contratos respeitando as características de cada um deles. As taxas de desconto para cada tipo de operação são:

- a) Para empréstimos indexados ao Dólar e Ponta Ativa do SWAP em Dólar - $DI \times \text{Dólar}$
- b) Para empréstimos indexados ao EURO e Ponta Ativa do SWAP em EURO - $DI \times \text{EURO}$
- c) Para a Ponta Passiva do SWAP indexado ao CDI - $DI \times \text{Pré}$

A companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, conforme orientação do CPC 46.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores, contábil e justo, dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.504.007	1.504.007	1.596.336	1.596.336
Contas a receber de clientes e outros	1.249.898	1.249.898	1.115.972	1.115.972
Valores a Receber da parcela A e outros itens financeiros	254.109	254.109	480.364	480.364
Mantidos até o vencimento	4.911	4.911	4.827	4.827
Titulos e valores mobiliários	4.911	4.911	4.827	4.827
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	593.400	593.400	210.044	210.044
Caixa e equivalentes de caixa	589.178	589.178	206.588	206.588
Titulos e valores mobiliários	4.222	4.222	3.456	3.456
Disponível para venda	2.222.732	2.222.732	2.008.433	2.008.433
Concessão do Serviço Público - Indenização	2.222.732	2.222.732	2.008.433	2.008.433
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	2.948.720	2.948.720	3.356.474	3.356.474
Fornecedores	622.651	622.651	749.640	749.640
Empréstimos e financiamentos	2.326.069	2.326.069	2.606.834	2.606.834
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.940.837	1.940.835	1.000.693	1.000.693
Empréstimos e financiamentos	2.754.692	2.754.692	1.204.803	1.204.803
Derivativos				
Bank of America	(319.140)	(319.140)	(111.366)	(111.366)
Banco de Tokyo	(72.044)	(72.044)	(22.725)	(22.725)
Titulos Externos	(122.727)	(122.728)	(51.328)	(51.328)
Citibank	(126.115)	(126.114)	(24.434)	(24.434)
JP Morgan	(30.408)	(30.409)	(5.818)	(5.818)
BNP Paribas	(79.019)	(79.019)	-	-
Itaú I e II	(58.974)	(58.975)	11.561	11.561
Mizuho	(5.428)	(5.428)	-	-

* Valor de mercado é meramente informativo

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30/09/2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	2.222.732	2.222.732
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	589.178	-	-	589.178
Títulos e valores mobiliários	4.222	-	-	4.222
Passivos				
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Bank of America	-	766.206	-	766.206
Banco de Tokyo	-	177.934	-	177.934
Títulos Externos	-	540.071	-	540.071
Citibank	-	456.859	-	456.859
JP Morgan	-	89.882	-	89.882
BNP Paribas	-	315.496	-	315.496
Itaú	-	273.656	-	273.656
Mizuho	-	134.588	-	134.588
Outros Passivos financeiros				
Derivativos				
Bank of America	-	(319.140)	-	(319.140)
Banco de Tokyo	-	(72.044)	-	(72.044)
Títulos Externos	-	(122.727)	-	(122.727)
Citibank	-	(126.115)	-	(126.115)
JP Morgan	-	(30.408)	-	(30.408)
BNP Paribas	-	(79.019)	-	(79.019)
Itaú I e II	-	(58.974)	-	(58.974)
Mizuho	-	(5.428)	-	(5.428)
	<u>593.400</u>	<u>1.940.837</u>	<u>2.222.732</u>	<u>4.756.969</u>

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2015, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 609.241 (R\$ 17.482, resultado negativo em 30 de setembro de 2014).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil							
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,9729	2.680.516	(53.852)	(67.315)	(80.778)
Swap Ponta Ativa em Dólar			3,9729	2.673.073	60.542	75.677	90.813
Exposição Líquida					6.690	8.362	10.035
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	4,4508	334.871	(5.475)	(6.844)	(8.213)
Swap Ponta Ativa em Euro			4,4508	333.810	6.421	8.026	9.631
Exposição Líquida					946	1.182	1.418

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2015, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI, à SELIC e à TJLP.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 966.551 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,5%	445.897	43.523	32.642	21.762
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,5%	417.963	44.169	55.211	66.254
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	9,5%	1.914.368	179.872	224.063	268.254
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,3%	893.762	58.642	68.347	78.052
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	9,6%	100.109	12.486	14.881	17.277

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 547.662 sendo R\$ 463.744 em fundos exclusivos e R\$ 83.918 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Adicionalmente estão inclusos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	30/09/2015							Acima de 5 anos
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2016	2017	2018	2019	
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	5.080.761	6.583.057	208.856	1.116.321	2.009.281	2.513.066	214.144	521.389
Fornecedores	622.651	622.651	373.591	249.060	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos								
Bank of America	(319.140)	(505.541)	10.556	43.419	(306.734)	(252.782)	-	-
Banco de Tokyo	(72.044)	(114.549)	3.058	12.668	(74.801)	(55.474)	-	-
Títulos Externos	(122.727)	(242.694)	22.341	47.847	(68.642)	(244.240)	-	-
Citibank	(126.115)	(251.298)	6.360	38.755	34.915	(331.328)	-	-
JP Morgan	(30.408)	(58.354)	1.222	5.379	5.202	(70.157)	-	-
BNP Paribas	(79.019)	302.324	-	28.102	29.064	245.158	-	-
Itaú I e II	(58.974)	(104.282)	9.977	22.021	(136.280)	-	-	-
Mizuho	(5.428)	(25.189)	-	15.087	14.841	(55.117)	-	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	589.178	206.588
Títulos e valores mobiliários	4.222	3.456
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.588.904	1.442.711
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	254.109	480.364
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	4.911	4.827
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	2.222.732	2.008.433

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº. 16).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica apesar de ser um sistema hidrotérmico. Nos últimos anos houve um incremento significativo sua base de geração com outras fontes de energia renováveis. Contudo, um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidráulicas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo, mesmo considerando a recente redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), além da elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, em função da necessidade de ajustes nos montantes dos contratos de compra e venda de energia.

O acompanhamento do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país tem indicado uma considerável redução do volume de armazenamento, em relação aos anos anteriores. Essa redução associada ao aumento do consumo de energia observado, aumenta a probabilidade de racionamento de energia. Visando mitigar o risco de racionamento, o governo tem acionado uma quantidade maior de usinas termelétricas para atender a demanda de energia elétrica no país.

29. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica e odontológica, para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no passivo relacionados aos planos previdenciários e assistencial em 30 de setembro de 2015:

	30/09/2015	31/12/2014
Benefícios de Previdência	2.991	2.227
Benefícios de saúde pós-emprego	329.941	312.695
	<u>332.932</u>	<u>314.922</u>
Circulante	4.076	16.305
Não circulante	328.856	298.617

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Recebimento de recursos de Subvenções/Subsídios Governamentais:

- ✓ Em 28 de outubro de 2015 a Companhia recebeu o montante de R\$ 19.795, referente à Subvenção à subclasse residencial baixa renda do mês de agosto de 2015 e R\$ 23.087 referente a liberação do aporte da CDE relativo ao subsídio de modicidade tarifária correspondente a competência de abril/15.